

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 TIPO MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA, Estado de Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09h00min** (**nove horas**) **do dia 30 de agosto de 2021**, em sua sede, localizada na Avenida 15 de Novembro, Área Especial nº 06, Centro, Alexânia, será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço, regime de execução empreitada por preço global, nos termos do presente Edital e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Declarada aberta a sessão, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta licitação, na modalidade Tomada de Preços, sob o regime de empreitada por preço global, a contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de Quadra Poliesportiva no Setor Sudeste, situada entre as ruas 60, 61 e 65, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alexânia, conforme Projeto e Memorial Descritivo anexo ao presente Edital.
- 1.2. O Termo de Referência e o Projeto Básico constituem parte integrante do presente Edital.

2. DO CREDENCIAMENTO (DOCUMENTOS FORA DOS ENVELOPES)

2.1. Na sessão pública para recebimento da documentação da habilitação e das propostas, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL devidamente munido de documento que o credencie a participar



deste certame, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

- 2.2. Em casos de representação o credenciamento far-se-á por meio de procuração pública ou particular, ou, ainda, carta de credenciamento, conforme modelo apresentado no ANEXO VII do presente Edital.
- 2.3. Deverá ser apresentada cópia do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 2.4. As cópias poderão ser apresentadas acompanhadas do original ou autenticadas, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93.
- 2.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital.
- 2.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 2.7. A Licitante que desejar nomear representante para todos os atos, inclusive para a assinatura de contratos e/ou aditivos deverá apresentar Instrumento Procuratório Público.
- 3. DA PARTICIPAÇÃO



- 3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, que comprovarem eficazmente o atendimento às condições e requisitos estabelecidos no presente Edital e que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 3.2. A licitante interessada em participar desta Tomada de Preços deverá:
- a) Estar cadastrada no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO; ou
- b) Apresentar toda a documentação requerida neste Edital.
- 3.2.1. A empresa não cadastrada que tenha interesse em participar do presente processo licitatório poderá efetuar seu cadastramento em até 03 (três) dias antes da data de abertura dos envelopes. Os documentos exigidos para o cadastramento estão dispostos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, de acordo com as exigências do Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Alexânia.
- 3.3. Toda e qualquer documentação emitida pela empresa licitante deverá ser datada e assinada por seus(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).
- 3.4. A empresa cadastrada deverá apresentar no envelope de documentação (habilitação) o CRC (Certificado de Registro Cadastral) dentro do prazo de validade, específico para a presente licitação.
- 3.5. Todas as licitantes deverão apresentar os documentos previstos neste Edital, sob pena de inabilitação.
- 3.6. As licitantes adjudicatárias celebrarão contrato com o Município de Alexânia/GO, nos termos da minuta que acompanha o presente Edital, em que estão estipulados os direitos e obrigações decorrentes desta Licitação, que se encontra regida pelas normas da Lei nº 8.666, de 1993.



- 3.7. O participante poderá fazer-se representar por procurador, por instrumento público ou instrumento particular, desde que estipule expressamente os poderes para a representação para a presente licitação.
- 3.8. A licitante que desejar concorrer na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial que comprove esta condição, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias que anteceder a data marcada para realização da sessão de recebimento das propostas.

4. VISITA TÉCNICA

4.1. A visita técnica será facultativa, podendo a interessada agendar com o Setor de Engenharia do Município, caso queira. Ocorrendo a visita técnica o Engenheiro Fiscal fornecerá o Atestado de Visita e Informações Técnicas, conforme modelo do ANEXO VI. Não ocorrendo a visita técnica, a licitante deverá declarar ter pleno conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto desta licitação.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas com o objeto da presente licitação serão atendidas pelo orçamento vigente, dotação orçamentária: 10.54.15.451.1015.1.110.4.4.90.51, ficha 287, Fonte 100, Subelemento 0.
- 5.2. Os recursos financeiros são provenientes do Tesouro Municipal e da União, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal, Contrato de Repasse nº 890334/2019.

6. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA



6.1. Os envelopes com as documentações e as propostas, lacrados e separados, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações - CPL, no local, dia e hora acima mencionados. Em suas partes externas e frontais, além do nome ou razão social da proponente, os envelopes deverão conter os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA/GO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

6.2. O primeiro envelope deverá apresentar o subtítulo DOCUMENTAÇÃO e o segundo envelope, o subtítulo PROPOSTA.

6.3. DA DOCUMENTAÇÃO

- 6.3.1. A documentação para habilitação consistirá na apresentação de CRC Certidão de Registro Cadastral do Município de Alexânia, Estado de Goiás, dentro do prazo de validade, OU APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O REGISTRO CADASTRAL, ACONDICIONADOS NO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO, DISPENSANDO-SE, NESTE CASO, A APRESENTAÇÃO DO CRC.
- 6.3.2. Para o cadastramento no Registro Cadastral do Município de Alexânia, Estado de Goiás, deverá ser apresentada ao departamento de Cadastro de Fornecedores, na Sala da Comissão Permanente de Licitações CPL, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, em uma única via, original ou cópia autenticada, a seguinte documentação:

6.3.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, sendo anexada a última atualização, se houver, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou simples, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- d) Registro empresarial, no caso de empresa individual;
- e) Declaração, em papel timbrado, de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do ANEXO II;
- f) Declaração, em papel timbrado, de que não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do ANEXO III;
- g) Declaração, em papel timbrado, de que **a empresa atende ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei nº 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do ANEXO IV;
- h) Declaração, em papel timbrado, de que **não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** Art. 9º inciso III da Lei nº 8.666/93, conforme ANEXO V.

6.3.2.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade** e compatível com o objeto ora licitado;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, da Fazenda Pública Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, da Fazenda Pública Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.2.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 6.3.2.3.1. Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU.
- 6.3.2.3.2. Comprovação de o licitante possuir, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) técnico(s), fornecido(s) por



pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) técnico(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que tenha(m) prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores a 50% do objeto da licitação, conforme Súmula 263 do TCU, nos seguintes valores:

- a) Execução de Estrutura Concreto Armado 497,61m²
- b) Execução de Fundações Profundas 497,61m²
- c) Execução de Estrutura Metálica 497,61m² ou 4.708,52 kg
- d) Execução de Instalação Elétrica em Baixa Tensão 5,10 Quilovolts-ampere
- 6.3.2.3.3. A comprovação das atividades poderá ser realizada por meio de um ou mais atestados.
- 6.3.2.3.4. A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) com a licitante poderá ser feita por meio de uma das seguintes formas: cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante (para sócios), cópia de contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s), acompanhada da anuência deste.
- 6.3.2.3.5. O(s) profissional(is) deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição futura por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que autorizado pela Administração Pública Municipal.
- 6.3.2.3.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
- I Nome do contratado e do contratante:
- II Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);
- III Localização da obra (localização extensão);



IV - Serviços executados.

- 6.3.2.3.7. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão Permanente de Licitação CPL.
- 6.3.2.3.8. Atestado de Visita e Informações Técnicas, fornecido pelo Município, ou declaração, em papel timbrado, de pleno conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto desta licitação.
- 6.3.2.4. Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será exigida:
- 6.3.2.4.1. A apresentação do Balanço patrimonial e das Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis, devidamente registrados na respectiva junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DISPONIBILIDADE INTERNA IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:
- a) Entende-se como "na forma da lei" cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral, onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;
- b) Sociedades Anônimas: apresentar cópia autenticada do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;



- c) Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada: apresentar cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;
- d) Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, deverá apresentar, em substituição ao item 6.3.2.4.1, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira;
- e) A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá ser feita por meio de memorial de cálculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-Financeiro, de preferência, que o documento possua o carimbo, nome e assinatura e venha assinada pelo contador, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

SG = ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

LC = ATIVO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE

e.1- A boa situação financeira será avaliada pelos resultados dos seguintes índices, cujas metodologias de cálculo estão previstas acima:



- a) Liquidez Geral (LG): igual ou superior a 1,0 (um inteiro);
- b) Solvência Geral (SG): igual ou superior a 1,0 (um inteiro);
- c) Liquidez Corrente (LC): igual ou superior a 1,0 (um inteiro).
- e.2 Caso queiram, as licitantes interessadas poderão apresentar no lugar da Declaração de Índice Econômico-Financeiro, prova de que possuem, na data da apresentação da proposta, Capital Social ou Patrimônio Líquido, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial.
- e.3 Estarão inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices de liquidez citados, e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial.
- e.4 A comprovação do capital social deverá ser feita por uma das seguintes formas: a) Contrato Social com capital integralizado; b) Certidão da Junta Comercial; c) Publicação Oficial que conste o capital registrado(quando for o caso); e c) Contrato Social registrado em Cartório de Registro de Títulos (quando for o caso).
- f) Quando o contrato social prevê promessa de integralização futura do capital social, a comprovação da integralização deverá ser feita por meio da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa, da seguinte forma: a) prova do depósito em conta bancária; b) entrada no caixa comprovada por meio da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente; ou c) prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens móveis e Registro de Escritura em Cartório para imóveis).
- g) A comprovação do patrimônio líquido deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio Balanço Patrimonial.



- h) As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores.
- i) Das empresas constituídas no ano em exercício, independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando- se a exigência de índice de liquidez.
- j) Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá apresentar a seguinte documentação:
- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- b) Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5° da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n°. 787, de 19 de novembro de 2007;
- c) Demonstrativo de Resultado do Exercício; e
- d) Termo de Autenticação do Livro Digital.
- 6.3.2.4.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, salvo previsão expressa de prazo de validade.
- 6.3.2.4.3. Não haverá exigência de comprovação de apresentação de garantia da proposta, tendo em vista a exigência de patrimônio liquido mínimo ou capital social mínimo, bem como a previsão de exigência de garantia contratual.
- 6.3.2.4.4. A participação de empresa em recuperação judicial está condicionada a apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a mesma está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.



6.3.2.4.5. Para as empresas que optarem por participar por meio de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

6.3.2.5. - CARTA DA EMPRESA LICITANTE

- 6.3.2.5.1. A documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada pelo representante legal, ou pessoa legalmente habilitada, afirmando:
- a) estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo MUNICÍPIO;
- b) que executará as obras de acordo com o Projeto anexo a este Edital e as especificações do MUNICÍPIO, as quais alocará todos os equipamentos, pessoal técnico especializado ou não, materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado;
- c) que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que os mesmos se encontram em condições adequadas de utilização;
- d) que a qualquer momento, e por necessidade das obras, fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação do MUNICÍPIO, sem ônus de mobilização para este, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação.
- e) que a licitante se compromete a comprovar, no caso de ser a vencedora da licitação e quando da assinatura do contrato, a manutenção dos vínculos que mantém com os membros da equipe técnica e com o responsável técnico, indicados no item 6.3.2.3.



f) que executará as obras de acordo com os prazos estabelecidos no Edital.

6.4. DA PROPOSTA

- 6.4.1. A proposta deverá ser apresentada digitada, com a última folha devidamente assinada e as demais rubricadas, contendo a indicação de valores unitários e totais, em conformidade com Orçamento constante do Projeto e Termo de Referência, bem como atender as seguintes exigências:
- 6.4.1.1. Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Termo de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha orçamentária.
- 6.4.1.2. A empresa vencedora deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, conforme definido pelas planilhas anexas.
- 6.4.1.3. As empresas apresentarão o demonstrativo de composição analítica do BDI, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, memorial de cálculo e memorial descritivo, parte integrante deste Edital.
- 6.4.1.4. Não observada, na proposta de preços, as condições estabelecidas nos subitens acima, a proposta será desclassificada.
- 6.4.1.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, BDI, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias a realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os



impostos, as taxas, as despesas indiretas, indicando como limite dos preços a mediana constante das Tabelas da SINAPI.

- 6.4.1.6. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito do julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da empresa vencedora, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 6.4.1.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
- 6.4.1.8. Cronograma físico-financeiro detalhado de execução das obras e serviços, objeto desta licitação, observadas as condições constantes no memorial descritivo, com periodicidade mensal.
- 6.4.1.9. A proposta das empresas levará em consideração que as obras/serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento.
- 6.4.1.10. A empresa deverá apresentar todas as composições de custo unitário dos itens que tiverem o valor alterado do orçamento base.
- 6.4.1.11. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ao limite estabelecido na planilha orçamentária, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado, conforme disposto no art. 48, II, da Lei nº 8.666/93.
- 7. DO PROCEDIMENTO NAS FASES DE HABILITAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 7.1. A abertura dos envelopes contendo a documentação, para efeito de habilitação e dos envelopes contendo as propostas será realizada em ato público, do qual se lavrará ata



circunstanciada e assinada pelas licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

7.1.1. DA HABILITAÇÃO

- 7.1.1.1. Recebidos os envelopes, no horário designado, a Comissão Permanente de Licitação CPL passará à fase de habilitação.
- 7.1.1.2. Aberto cada um dos envelopes, os documentos serão rubricados pela Comissão Permanente de Licitação CPL e pelas licitantes presentes.
- 7.1.1.3. A seguir, a Comissão Permanente de Licitação CPL decidirá, verbalmente, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado, aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos. Simples irregularidades formais, incapazes de afetar o conteúdo ou a idoneidade do documento, não darão causa à inabilitação.
- 7.1.1.4. A inabilitação de que trata este item, é específica para a presente licitação, em nada afetando a empresa quanto a outras licitações, não implicando em juízo valorativo sobre sua idoneidade e capacidade.
- 7.1.1.5. As licitantes poderão apresentar, quanto a documentação, impugnação contra os demais, no prazo de 10 (dez) minutos. Nesse caso, ao impugnado será oferecido igual prazo, para apresentar as suas alegações de defesa. Somente poderá realizar impugnações, o representante devidamente autorizado por ato constitutivo ou o portador de procuração bastante, específica para o ato, que será apensada ao processo de licitação.
- 7.1.1.6. Havendo recurso em relação à habilitação, no prazo previsto no art. 109 da Lei de Licitações, será marcada data para a abertura das propostas, logo após o julgamento do referido recurso.



- 7.1.1.7. A licitante declarada inabilitada, não havendo recurso no prazo previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, ou interposto o recurso este seja denegado, será devolvido o envelope de proposta devidamente lacrado, mediante recibo ou consignação em ata.
- 7.1.1.8. Propostas de licitantes inabilitadas, devidamente lacradas, ficarão disponíveis para devolução pelo prazo de 30 (trinta) dias, posteriormente serão as mesmas incineradas.
- 7.1.1.9. Caso a Comissão Permanente de Licitação CPL julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, posteriormente marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando as licitantes por meio de publicação.
- 7.1.1.10. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimada das causas de inabilitação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A Comissão Permanente de Licitação CPL abrirá e examinará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada uma das folhas e colhendo as rubricas dos licitantes presentes, que poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.
- 8.2. Durante 10 (dez) minutos, os licitantes poderão oferecer impugnação contra as demais propostas, sendo assegurado aos impugnados, igual prazo para a apresentação da sua defesa.
- 8.3. Nenhum adendo será admitido nesta fase.
- 8.4. Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitação CPL verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do Edital, conferindo os preços oferecidos pelos proponentes, registrando-os na ata de julgamento. As propostas desconformes ou incompatíveis serão



desclassificadas, inclusive aquelas que apresentarem preços superiores ao orçado pelo Município.

- 8.5. Faculta-se à Comissão Permanente de Licitação CPL ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior, de qualquer documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.
- 8.6. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e, abertas as propostas, não cabe desclassificá-las, por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.
- 8.7. Após a fase de habilitação é defeso ao concorrente, desistir da proposta apresentada, salvo por justo motivo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação CPL.
- 8.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive, o simples oferecimento de desconto em relação ao valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes.
- 8.9. Não se admitirá propostas que apresentem preços simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os valores correntes no mercado.
- 8.10. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



- 8.11. Será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, como critério de desempate, nos termos do art. 44 da Lei complementar nº 123/2006.
- 8.12. Não ocorrendo o caso previsto no item 8.2.10, em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2°, do art. 3°, da Lei n° 8.666, de 1993, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo conforme art. 45, §2° da Lei n° 8.666, de 1993.
- 8.13. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Administração poderá fixar para as licitantes, um prazo de 08 (oito) dias úteis, para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que deram origem à desclassificação.
- 8.14. A Comissão Permanente de Licitação CPL apresentará relatório objetivo e conclusivo ao Prefeito Municipal, indicando os vencedores do certamente licitatório, em ata circunstanciada, da sessão de julgamento.
- 8.15. O relatório a que se refere o item anterior deverá ser apresentado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da abertura das propostas.
- 8.16. Da decisão do julgamento da Comissão Permanente de Licitação CPL, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo previsto no art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.17. Será obrigatória a justificação escrita da Comissão Permanente de Licitação CPL, quando não for escolhida a proposta de menor preço.
- 9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO



9.1. Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal que, concordando com o relatório, procederá à adjudicação e homologação da licitação.

10. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 10.1. A licitante vencedora se obriga a apresentar garantia, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.
- 10.2. Caso o valor global da proposta da adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.
- 10.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO.
- 10.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 10.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.



- 10.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 10.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.
- 10.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada por meio da assinatura do termo de recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

11. DO CONTRATO

- 11.1. A Administração convocará a licitante vencedora para assinar o contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo, ainda, das penas previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.
- 11.2. O contrato poderá ser rescindido:
- a) por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) em qualquer época, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



- c) judicial, nos termos da legislação pátria.
- 11.3. As obrigações das partes serão traduzidas no contrato padrão.
- 11.4. Por razão de interesse público poderá o Município de Alexânia/GO revogar o presente procedimento licitatório, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 11.5. A anulação da presente licitação, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 59 da Lei nº 8.666/1993. A referida nulidade induz a do contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. No caso de desfazimento do presente procedimento licitatório fica assegurado aos interessados, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 12.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação CPL, com base em normas jurídicas e administrativas e nos princípios gerais do direito.
- 12.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.3. Cópia do presente Edital está disponível no endereço eletrônico www.alexania.go.gov.br.
- 12.4. Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação CPL na Prefeitura Municipal de Alexânia, Estado de Goiás, localizada na Avenida 15 de



novembro, Área Especial nº 6, Centro, Alexânia, das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta feira.

Alexânia – GO, 03 de agosto de 2021.

KELLY CRISTINA MOREIRA DE MELO SANTOS

Presidente da CPL



ANEXO I

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

1 – OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada **para a construção de Quadra Poliesportiva no Setor Sudeste,** situada entre as ruas 60,61 e 65, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alexânia.
- 1.2 Informações Importantes

Proponente: Prefeitura Municipal de Alexânia

Obra: Construção de Quadra Poliesportiva no Setor Sudeste

Local: Entre as ruas 60,61 e 65 Alexânia - GO

Área total da Intervenção: 995,22m²

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação é necessária tendo em vista a melhoria da estrutura esportiva no município de Alexânia. No local onde a quadra será construída irá beneficiar diversos moradores e está próximo de escolas.

3 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1 Adoção de licitação na modalidade de Tomada de Preços, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3.2 DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à prestação dos serviços em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o MENOR PREÇO GLOBAL, critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s)



serviço(s) prestado(s) pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o MENOR PREÇO.

4 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 Será construída a Quadra Poliesportiva com área Total de 995,22m². A construção será conforme Projeto Básico, anexo a este, constituído de: Projeto Arquitetônico, Planilhas Orçamentárias, Cronograma físico-financeiro, Memorial de Cálculo, Memorial Descritivo, Projetos estruturais e de fundação, elétricos e Combate a incêndio. Os serviços serão executados conforme projetos e memoriais em anexo a este termo. Respeitando o cronograma indicado, serão executados os seguintes serviços:

indicado, serao executados os se SERVIÇOS PRELIMINARES; MOVIMENTO DE TERRA; FUNDAÇÕES; ESTRUTURA; ESTRUTURA METÁLICA; COBERTURA; PINTURA; IMPERMEABILIZAÇÃO; INSTALAÇÕES ELÉTRICAS; PISO; CALÇADAS; ALAMBRADO;

5 – PROPOSTA

ITENS ESPORTIVOS;

SERVIÇOS FINAIS.

A proposta de preços, compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante com preço unitário e preço total, que deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:



- 5.1 Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Termo de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha orçamentaria, conforme modelos aprovados pela engenharia da Caixa Econômica Federal CEF.
- 5.2 A empresa vencedora deverá indicar os preços unitário e total por item e subitem, conforme definido pelas planilhas anexas.
- 5.3 As empresas apresentarão o demonstrativo de composição analítica do BDI, Planilha Orçamentaria, Cronograma Físico-Financeiro, memorial de cálculo e memorial descritivo, parte integrante deste Termo de Referência.
- 5.4 Não observada, na proposta de preços, as condições estabelecidas nos subitens acima, a proposta será desclassificada.
- 5.5 Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, BDI, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias á realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas, indicando como limite dos preços a mediana constante das Tabelas da SINAPI.
- 5.6 A cotação apresentada e levada em consideração para efeito do julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da empresa vencedora, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 5.7 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
- 5.8 Cronograma físico-financeiro detalhado de execução das obras e serviços, objeto desta licitação, observadas as condições constantes no memorial descritivo, com periodicidade mensal.
- 5.9 A proposta das empresas levará em consideração que as obras/serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento.
- 5.10 A empresa deverá apresenta todas as composições de custo unitário dos itens que tiverem o valor alterado do orçamento base.



Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ao limite estabelecido na planilha orçamentária, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado, conforme disposto no art. 48, II, da Leinº8.666/93.

6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 6.1 Certidão de Registro (CRQ) da empresa licitante e de seu engenheiro responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.
- 6.2 Declaração com indicação expressa daquele(s) que será(ão) o(s) Responsável(eis) técnico(s) pelos serviços a serem executados, cuja comprovação de vínculos deverá observar os termos do item 6.4 deste termo;
- 6.3 Declaração de que a licitante se compromete a comprovar, no caso de ser a vencedora da licitação e quando da assinatura do contrato, os vínculos que mantém com os membros da equipe técnica e responsável técnico indicado no item 6.2, cuja qualificação técnica profissional do(s) responsável(is) técnico(s) deverá ser comprovada nos termos do item 6.5 deste termo (§ 10, art. 30, Lei nº8.666/93);
- 6.4 Quando da assinatura do contrato, o vínculo poderá ser comprovado por uma das seguintes formas:
- a) Cópia da CTPS (carteira de Trabalho e Previdência Social);
- b) Contrato Social da empresa;
- c) Ficha de empregado atualizada;
- d) Cópia do contrato de prestação de serviços;
- e) Anotação de responsabilidade técnica;
- f) Outra forma de comprovação, desde que devidamente prevista pela legislação vigente;
- 6.5 Qualificação Técnica Profissional: Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) no item 6.2 tenha(m) prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de



características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação. A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA e/ou CAU(quando for o caso);

- 6.6 Para a aferição da qualificação Técnica Profissional, serão considerados como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo o valor de 50% dos quesitos referentes aos projetos, conforme súmula 263 do TCU.
 - * Execução de Estrutura Concreto Armado 497,61m²
 - * Execução de Fundações Profundas 497,61m²
 - * Execução de Estrutura Metálica 497,61m² ou 4.708,52 kg
 - * Execução de instalação Elétrica em Baixa Tensão 5,10 Quilovolts-ampere.

Os quantitativos acima indicados serão utilizados como parâmetro para analisar os serviços apresentados, através de acervo técnico, nos quesitos de semelhança nas características e equivalência ou superioridade de complexidade.

- 6.7 A qualificação técnica exigida decorre da quantidade dos serviços que se pretende contratar, e visa compatibilizar o equilíbrio entre a segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações por parte do contratado, e a preservação da necessária competitividade daqueles que possuam, minimamente, condições técnicas e econômicas para contratar com o Poder Público.
- 6.8 As visitas técnicas ao local da obra serão realizadas por profissional indicado pela licitante, desde que este apresente ato de indicação da empresa (procuração, ato constitutivo para sócios, dentre outros). Essas visitas poderão ser realizadas em datas pré-agendadas, durante o horário de 08h às 12h e das 14h às 18h, no telefone (62) 3336-7251 / 7200. É facultado à empresa emitir declaração, em papel timbrado, de pleno conhecimento de todas as condições necessárias à execução do objeto deste termo.

7 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



- 7.1 Adequação orçamentária em conformidade com a Declaração de Impacto Orçamentário, Artigo 16 da Lei Complementar Federal nº. 101/00, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão de dotação orçamentária.
- 7.2 Os recursos financeiros necessários à execução dos serviços estão indicados através do Nº de Convênio 890334/2019.

8 - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1 O prazo para a entrega dos serviços devidamente vistoriados e atestados pelo fiscal da obra será de 4(Quatro) meses (conforme cronograma contido nos anexos deste Termo), contados a partir da assinatura de recebimento da Ordem de Serviço.

9 - VALOR ESTIMADO

- 9.1 De acordo com orçamento base elaborado em anexo, o valor global estimado é de R\$610.615,74 (seiscentos e dez mil seiscentos e quinze reais e setenta e quatro centavos).
- 9.2 Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.
- 9.3 Referência de Preços: Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram elaborados conforme Tabela SINAPI e GOINFRA, data base FEV/2021.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1- Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.2- Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- 10.3- Exercer a fiscalização do contrato;
- 10.4- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- 10.5- Observar para que, durante a vigência do instrumento de acordo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua



compatibilidade com as obrigações assumidas.

11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1- Entregar os serviços, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato;
- 11.2- Responsabilizar-se por todos os ônus referentes à entrega dos materiais, incluindo impostos, seguros, empregados e todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive frete, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, durante a vigência da Contratação;
- 11.3- Correrão por conta da CONTRATADA, quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se necessária mão de obra;
- 11.4- Após 03 (três) dias da assinatura do contrato, apresentar na Secretaria de Obras, comprovação de registro no CREA/GO, do respectivo Contrato, com ART de execução da empresa;

12 – DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1 A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela contratante por intermédio de responsáveis especialmente designados, cabendo a este anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cabendo a estes a aceitação dos serviços.
- 12.2 Além do acompanhamento e fiscalização dos serviços, os responsáveis designados poderão, ainda, sustar qualquer execução que esteja em desacordo com o estabelecido, sempre que essa medida se tornar necessária;
- 12.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados;

13 - VIGENCIA



13.1 O contrato terá validade de 04 (quatro) mêses a contar do recebimento da Ordem de Início de Serviço e poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a necessidade do Governo Municipal.

15 - FUNDAMENTO LEGAL

Lei Federal n°. 8.666 de 21 de junho de 1993. Lei Federal n° 10.520 de 17 de julho de 2002. LOA – Lei Orçamentária Anual.

Alexânia, GO, 27 de julho de 2021.

Fábio Barbosa Gomes

Secretário Municipal de Obras públicas. Portaria 002/2021



ANEXO II

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Tomada de Preços	n°/			
(nom	ne da licitante vencedora), i	nscrita no CNPJ so	ob o nº	
sediada na	(endereço completo)		, por seu r	epresentante
legal, Sr(a).		, inscrito(a)	no CPF	sob o no
, D	DECLARA, sob as penas da L	ei, que na qualid	dade de pro	oponente do
procedimento licit	atório, sob a modalidade Tomac	da de Preços nº _	/2021, ins	taurado pela
Prefeitura Municip	pal de Alexânia/GO, que não fo	omos declarados is	nidôneos pa	ıra licitar ou
contratar com o Po	oder Público, em qualquer de suas	s esferas.		
Por ser expressão o	de verdade, firmamos a presente.			
	/	de de		de 2021
		, uc uc		dc 2021
	Nome do representant	te da empresa		

Observação: esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número de inscrição no CNPJ.

Assinatura do representante da empresa



ANEXO III

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Tomada de Preços nº/
A Empresa, sediada na, n°, (cidade), (Estado), inscrita
no CNPJ sob o nº, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.),
DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar
ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.
,de
Assinatura do representante legal



ANEXO IV

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Tomada de Preços nº/				
, inscr	ito no CNPJ nº	, por	intermédio de s	eu representante
legal o(a) Sr(a), pe, DECLARA, p				
junho de 1993, que não en insalubre e não emprega mo	mprega menor de de	zoito anos em		
Ressalva: emprega menor,	a partir de quatorze a	nos, na condiçã	io de aprendiz (().
	.,	_ de	de	
_	Assinatura do rep	resentante legal		

(Recomendação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Tomada de Pre	eços nº/		
(1)	nome da licitante vencedora), i	inscrite no CNDI cob o c	n ⁰
	(endereço completo)		
legal, Sr(a).	, DECLARA, sob as penas da l	, inscrito(a) no	CPF sob o no
procedimento Prefeitura Mur	licitatório, sob a modalidade Tomac nicipal de Alexânia/GO, não integra	da de Preços nº/202 ra nosso corpo social e	21, instaurado pela nem nosso quadro
Administração	oregado público ou membro comis Municipal.	ssionado de orgao dire	eto ou indireto da
Por ser express	são de verdade, firmamos a presente.		
	/	, de de	de 2021.
	Nome do representant	te da empresa	

Assinatura do representante da empresa

<u>Observação</u>: esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número de inscrição no CNPJ.



ANEXO VI

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 ATESTADOS DE VISITA E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Tomada de Preço	os nº/							
Atesto que o Sr.						, in	scrito(a) no	CPF sob o
n° _		,		representa	ando	;	a	empresa
					, nos ter	mos do	item 4.1 do	Edital da
Tomada de	Preços	n^{o}		/2021,	visitou	os	seguintes	locais:
constatando as cinformações técr	,	•	aridades	inerentes	à natureza	ı dos tr	abalhos, reco	ebendo as
					Ale	exânia, ₋	de	_ de 2021.
			Enge	nheiro Fisc	eal			



ANEXO VII

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Tomada de Preços nº/
Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede
(endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ sob nº e Inscrição Estadual
sob n^o , representada neste ato por $seu(s)$ (qualificação(ões) $do(s)$ outorgante(s)) $Sr(a)$
, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº
, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)
, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, CPF nº
, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a
(Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se
referir a Tomada de Preços nº, com poderes para tomar qualquer decisão durante
todas as fases da licitação, inclusive para apresentar os envelopes de DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS em nome da Outorgante, negociar a redução de
preço, renunciar expressamente ao direito de interpor recurso administrativo, assinar a ata da
sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRA, enfim, praticar todos
os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.
A presente Procuração é válida até o dia
,dede

Assinatura do representante legal



ANEXO VIII

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 MINUTA DO CONTRATO CONTRATO Nº __.__./2021

Contrato administrativo que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Alexânia/GO e a empresa para a prestação de serviços especializados em engenharia para a construção de Quadra Poliesportiva no Setor Sudeste, situada entre as ruas 60, 61 e 65, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços especializados em engenharia para a construção de Quadra Poliesportiva no Setor Sudeste,



situada entre as ruas 60, 61 e 65, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alexânia/GO, conforme Projeto e Memorial Descritivo anexo a Tomada de Preços nº 007/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – Integram, ainda, este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Tomada de Preços n.º 007/2021 e seus anexos, além da Proposta da Contratada apresentada no certame licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficará a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias nas obras e/ou serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme disposto no art. 65, §1°, da Lei n° 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As alterações porventura necessárias serão formalizadas mediante a celebração de termo aditivo ao presente Contrato, após a apresentação, pela Contratada, de proposta quanto aos preços das alterações e emissão de parecer técnico pelo Departamento de Engenharia, observando-se os seguintes critérios:

- a) Na celebração de eventual termo aditivo que verse sobre valores do contrato, deverá ser respeitado o percentual de desconto apurado entre o valor global contratado e o valor total estimado no orçamento-base da licitação.
- b) No acréscimo de serviços não previstos anteriormente no contrato, devem ser observados, como limite para o acordo de que trata o art. 65, § 3°, da Lei nº 8.666/93, os valores discriminados na tabela de preços oficial utilizada à época da elaboração do orçamento-base da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução dos acréscimos porventura necessários somente poderá ser efetuada após a formalização das alterações em termo aditivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente contrato poderá, ainda, ser alterado nos demais casos especificados no art. 65 da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA	ΓERCEIRA – O valor global da execução dos serviços, objeto deste Contrato é
de R\$	(), conforme proposta da Contratada apresentada na Tomada
de Preços nº (7/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da Contratada, aceita na licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No preço proposto encontram-se incluídas todas as despesas que se fizerem necessárias para a execução do objeto deste Contrato, tais como: impostos, tributos, encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais), taxas e demais custos inerentes a execução do serviço, eximindo a Contratante de qualquer ônus ou despesa extra, oriunda deste instrumento e seus afins.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede da Contratante, à Divisão competente a Nota Fiscal correspondente à Medição.

PARÁGRAFO QUARTO - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o endereço, o número de inscrição no CNPJ, o número do Contrato e respectiva Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Contratada e a descrição clara do(s) item(ns) objeto do Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-



se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a			
CONTRATADA prestou caução, sob a modalidade de R\$ no valor de R\$			
(), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme Guia de			
Recolhimento efetivada na data de, que integra o presente instrumento.			
PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de			
sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.			
PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela			
Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por			
conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias			
úteis, contados da data em que tiver sido notificada.			
PARÁGRAFO TERCEIRO - Após a execução do contrato, constatado o regular			
cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada por meio da assinatura do termo de			
recebimento definitivo da obra, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída em até 30			
(trinta) dias e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, deduzidos eventuais			
valores devidos à Contratante.			

CLÁUSULA QUINTA – Os serviços deverão iniciar-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 04 (quatro) meses, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.



PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução dos serviços deverá obedecer ao Cronograma Físico-Financeiro apresentada pela Contratada no certame licitatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados, na forma dos §1° e 2° do art. 57 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da Contratada, além daquelas contidas no Projeto Básico, no Edital de licitação e seus anexos, bem como na legislação vigente:

- a) Apresentar no ato da assinatura deste Contrato mídia eletrônica (CD-R ou pen drive), contendo o orçamento detalhado da empresa contratada (Microsoft Excel em formato .xls) e todos o projetos da obra ou serviços em arquivo eletrônico (AutoCad em formato .dwg), nos termos do disposto no art. 5°, §1°, item "j", da Instrução Normativa nº 10/2015 do Tribunal de Constas dos Municípios Goianos;
- b) Executar a obra conforme os elementos do Projeto Básico anexos ao Edital regente do certame licitatório;
- c) Executar os serviços arcando com os custos dos mesmos até que sejam efetuados os pagamentos das medições, conforme cronograma físico-financeiro;
- d) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do art. 618, do Código Civil Brasileiro, sem ônus para a Contratante;
- f) Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pelo Departamento de Engenharia da Contratante;



- g) Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos;
- h) Adquirir e manter no local da execução da obra, todos os equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho EPI e EPC;
- i) Permitir e facilitar a inspeção da fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra;
- j) Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra;
- k) Executar a limpeza do canteiro da obra, após o término dos serviços;
- l) Cumprir e responder às determinações da Lei nº 6.514/1997 e da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho, relativas à segurança ocupacional, sinalização, transporte de funcionários, equipamentos de proteção individual e vestimentas; e
- m) Manter, durante a vigência deste Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- **CLÁUSULA SÉTIMA -** São obrigações da Contratante, além daquelas contidas no Projeto Básico, no Edital de licitação e seus anexos, bem como na legislação vigente:
- a) Dar conhecimento à Contratada de quaisquer fatos que possam afetar a execução do objeto;
- b) Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- d) Prestar todas as informações indispensáveis a regular execução das obras;
- e) Exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista pela Lei nº 8.666/93;
- f) Notificar formalmente a Contratada sobre irregularidades observadas nos relatórios/serviços executados;
- g) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;
- h) Designar servidor(es) para acompanhamento e fiscalização deste Contrato, consoante as disposições do art. 67 da Lei nº 8.666/93;



- i) Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, bem como recusar os serviços que estiverem em desacordo;
- j) Rejeitar os serviços executados, se em desacordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - A aplicação de sanções a Contratada obedecerá às disposições dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista neste instrumento;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; e) Impedimento de licitar.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará o Contratado, além das sanções referidas nesta cláusula, à multa, graduados de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes percentuais: a) 10 % (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o Contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação. Em caso de descumprimento parcial das obrigações, no mesmo percentual, sobre a parcela não adimplida;



b) 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

c) 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A multa a que se refere o parágrafo segundo desta cláusula não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA NONA – O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas seguintes condições:

- a) Por determinação unilateral e por escrito da Administração conforme disposto no artigo 79, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no bojo dos autos, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação; e
- d) Por inexecução total ou parcial do contrato, conforme o disposto, no que couber, nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.



PARÁGRAFO SEGUNDO – No procedimento que visa à rescisão unilateral do Contrato provocada por inadimplemento da Contratada, será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a mesma poderá se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA - A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A Gestão de todo o procedimento de contratação, inclusive o acompanhamento, fiscalização ou execução administrativa do Contrato, será feita por servidor(es) especialmente designado(s) para tal finalidade, mediante edição de portaria pela Contratante, conforme disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da Comarca de Alexânia, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência, sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e Contratadas, assinam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que uma vez publicado passa a surtir seus legais efeitos.

Alexânia,	de	de 2021
r iichaina,	uc	40 2021



MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA ALLYSSON SILVA LIMA CONTRATANTE

EMPRESA (RAZÃO SOCIAL) REPRESENTANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:	
1	1
CPF	CPF



ANEXO IX

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021 PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ARQUIVOS DIGITAIS)